

O mulato





ALUÍSIO AZEVEDO

O mulato

TEXTO INTEGRAL

Cotejado com a 3ª edição, Rio de Janeiro,
B. L. Garnier Livreiro-Editor, 1889.

Apresentação de

Guilhermino Cesar

gerente editorial Claudia Morales
editor Fabricio Waltrick
editora assistente Fabiane Zorn
diagramadora Thatiana Kalaes
coordenadora de revisão Ivany Picasso Batista
revisão Alessandra Miranda de Sá e Bárbara Borges
editor de arte Vinicius Rossignol Felipe
projeto gráfico Fabricio Waltrick e Luiz Henrique Dominguez
editoração eletrônica Luiz Henrique Dominguez
redação Fabio Cesar Alves

imagem da capa *Permutas cromáticas I*, 2007, obra de José Patrício

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A986m
21.ed.

Azevedo, Aluísio, 1857-1913
O mulato / Aluísio Azevedo. - 21.ed. - São Paulo : Ática, 2012.
296p. - (Bom Livro)

Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978 85 08 12870-9

1. Romance brasileiro. I. Título. II. Série.

10-0440.

CDD: 869.93
CDU: 821.134.3(81)-3

ISBN 978 85 08 12870-9 (aluno)
ISBN 978 85 08 12871-6 (professor)
Código da obra CL 736788

2012
21ª edição
1ª impressão
Impressão e acabamento:

Todos os direitos reservados pela Editora Ática | 1994
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 | CEP 02909-900 | São Paulo | SP
Atendimento ao cliente: 4003-3061 | atendimento@atica.com.br
www.atica.com.br | www.atica.com.br/educacional

IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.



Sumário

Atualidade de Aluísio Azevedo 7

Prefácio da terceira edição 11

I 19	XI 164
II 31	XII 180
III 45	XIII 185
IV 65	XIV 194
V 85	XV 210
VI 103	XVI 226
VII 112	XVII 239
VIII 122	XVIII 256
IX 144	XIX 262
X 155	

Vida & obra 269

Resumo biográfico 291

Obras do autor 293

Obra da capa 295

ATUALIDADE DE ALUÍSIO AZEVEDO

Guilhermino Cesar

Professor de literatura brasileira na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra, em Portugal. Foi escritor, crítico literário e diretor de teatro. Faleceu em 1993.

Poucas vezes um autor brasileiro conseguiu captar com tamanha fidelidade, como o fez Aluísio Azevedo (1857-1913) neste romance, a realidade social de um meio provinciano característico — a cidade de São Luís, no Maranhão, por volta de 1870.

Escrito por um moço, *O mulato* (1881) não é somente obra pioneira com respeito ao naturalismo; tem qualidades que o situam entre os poucos livros perenes de língua portuguesa. E por quê? Justamente pelo fato de possuir ainda hoje, há mais de um século de distância do momento em que foi lançado, as condições de legibilidade que o impuseram, desde seu aparecimento, à admiração dos leitores de todas as categorias e níveis de cultura.

Com efeito, esse romance tem dentro de si, na sua trama, na sua linguagem, na precisão dos quadros sociais evocados, a transparência das obras representativas de uma época e de um estilo. Isso lhe dá grande poder de comunicação, tanto mais quanto Aluísio não descambou para os excessos com que os naturalistas trataram no geral o problema amoroso, que nesta história, ainda obediente à concepção romântica, de fato centraliza a ação. Mas o claro-escuro naturalista que Aluísio, ultrapassando a tentativa de Inglês de Sousa, inaugurou em nossas letras também se acha aí presente, numa série de vinhetas, ou antes, de painéis amplos, através dos quais se deixa ver a sociedade maranhense e, com ela, a de todo o Norte, na fase de transição mais ou menos acelerada que viveu o país na década de 1870.

Ao terminar a Guerra da Tríplice Aliança, com a irrupção de um novo espírito liberal de grande poder ofensivo, com a propaganda republicana e a ativação do movimento abolicionista, instalou-se no Império uma fase inovadora, de que a literatura também se beneficiou. E é nessa atmosfera de crise, quando começava a ruir o alicerce da monarquia e do

trabalho servil, que se movem as personagens de *O mulato*. Temos assim, pela primeira vez na ficção nacional, uma visão desimpedida, aberta ao entrechoque de paixões elementares, na perspectiva de um centro urbano de formação antiga, estreitamente vinculado ao estilo de vida do Brasil Colônia.

Analisado horizontalmente, ao ritmo da efabulação, *O mulato*, em verdade, é uma história de amor: Raimundo e Ana Rosa são dois jovens que se que-rem apaixonadamente. Mas a moldura do caso por eles vivido não se limita a enquadrar o enleio sentimental. Dada a amplitude da intriga, aí cabe igualmente o povo anônimo, no fundo do quadro; cabem todas as criatu-ras, como é corrente na vida real, envoltas nas complexidades inerentes à condição humana. Além do que, esse romance engloba na mesma análise tanto os tipos exemplares da fauna social quanto os pobres escravos, os caixeiros portugueses das lojas maranhenses, as festas populares de bair-ro, os mexericos de aldeia, as ambições lícitas e ilícitas — e, acima de tudo, os prejuízos dominantes numa estrutura social arcaica. Ao leitor de hoje deve agradar, quando mais não seja pelo seu pitoresco, esse estudo, em termos ficcionais, dos diversos componentes econômicos, psicológi-cos, políticos e culturais, que ao fim do Segundo Reinado, acenando para a extinção do regime escravista, já se exprimiam também numa lingua-gem nova, ao calor de ideologias perturbadoras, que vinham exigir outro comportamento dos indivíduos e das instituições.

Representa *O mulato*, nesse particular, uma denúncia. O autor teve a coragem de expor a nu as mazelas de um meio pouco sensível às transfor-mações que começavam a esbrasear os maiores centros do Sul do Brasil. Na São Luís de então, tal como sucedia, de resto, em outros núcleos pro-vincianos mais ricos e mais prósperos, ainda não havia, porém, condições realmente favoráveis à livre-iniciativa, conforme ocorreria pouco depois. O comércio e a agricultura, por exemplo, seguiam passivamente a rotina implantada pelo colonizador português. Enquanto isso, o braço escravo, sua principal fonte de energia, ia deixando atrás de si uma população marginalizada, composta de mestiços cuja assimilação tanto era dificulta-da pelos preconceitos de cor como pelo baixo estágio econômico em que viviam, sob a indiferença dos maiores beneficiários do trabalho escravo — a burguesia urbana e os grandes proprietários rurais.

Os mulatos, nessa altura de nosso processo de miscigenação, estavam mais próximos da senzala; muitos deles haviam nascido no cativeiro (é o caso de Raimundo), de modo que sua ascensão social encontrava ainda inúmeros pontos de resistência nas convenções estratificadas. O cône-

go Diogo, uma das personagens maquiavélicas desta história narrada por Aluísio, e Maria Bárbara, quase infantil no seu horror a negros e mulatos, exemplificam perfeitamente a posição daquela sociedade que só os admitia na condição de escravos. O preconceito pesava mais do que a razão; e só por esse motivo, por ser mulato, filho de uma escrava, Raimundo é repellido pela família da moça, sua prima, com quem pretendia casar. A trama em que o envolvem o cônego e um caixeiro português, candidato à mão de Ana Rosa, acaba em tragédia, com o sacrifício do mulato, e tem por isso mesmo a significação de um testemunho. Depõe, com vigor, contra uma situação moralmente absurda, mas infelizmente comum em nações como a nossa, e em tantas outras da América, nas quais o negro foi o admirável parceiro do branco na elaboração de um sistema de vida diferente do europeu.

Visto de outro ângulo, este romance mostra também, nos hábitos, na linguagem, nos costumes (na própria conceituação moral que as pessoas, em tal meio, se atribuem), que a boa assimilação das culturas africanas, nas regiões do Norte, representa um fator social positivo. Apesar das resistências, da oposição à igualdade, a miscigenação natural — uma das linhas de rumo acaso mais significativas de nossa experiência coletiva — prossegue com êxito. Para a sensibilidade do leitor contemporâneo, são quase caricatos, por conseguinte, os episódios nos quais a intolerância racial de Maria Bárbara tenta fazer doutrina diante de um mestiçamento inelutável, perante o qual soava falso qualquer tipo de discriminação racial.

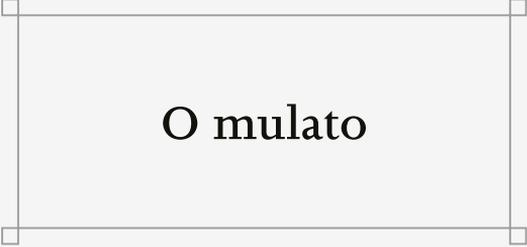
Romance polêmico, no melhor sentido da expressão, *O mulato* precede no tempo e no ardor ideológico aquele outro extenso painel de nossa coletividade oitocentista, *O cortiço*, cuja ação se desenrola não mais numa província setentrional, e sim no Rio de Janeiro. Foi, porém, no Maranhão que Aluísio aprendeu a observar as peculiaridades de nossa formação, preparando-se para exercer, por um decênio de intensa atividade, a tarefa de romancear aspectos típicos da sociedade brasileira.

Muitos dos recursos literários usados em *O mulato* lembram a ficção romântica; mas, na sua motivação essencial, a obra em apreço tem um corte naturalista indisfarçável. Aluísio não é um escritor artista, como alguns outros prosadores do mesmo período e da mesma área. Lhano, escoreito, fácil, tem contudo uma vivacidade que será talvez o seu ponto forte, em particular com respeito à crônica de costumes. O seu descritivo — veja-se a noite de São João numa quinta dos arredores de São Luís — nunca se deixa empastar; a vista do observador ultrapassa o próprio objeto contemplado, ou o episódio desenvolvido; sua narrativa ora tende

ao patético, ora ao humorismo, ora ao caricato, mas emprega tais ingredientes em doses moderadas, que a um tempo aquecem e modernizam o conjunto. Fica acima da reportagem; e foge sempre à literatice que estragou tantos bons assuntos em nossa literatura. Aluísio cultiva muito menos a originalidade que a verossimilhança. Se não tem as virtudes, não tem os defeitos dos autores finisseculares que fizeram da escrita artística uma inexpressiva conversa fiada.

Sua obra posterior, se nem sempre teve o mesmo êxito, atingiu contudo dois momentos extremamente felizes: *Casa de pensão* (1884) e *O cortiço* (1890) são livros paradigmáticos da escola naturalista. Aluísio envelheceu cedo, esgotou-se. Mas a crítica, poucos anos depois de sua morte, começou já a vê-lo com mais isenção e respeito.

Quaisquer que sejam, porém, os caminhos futuros da ficção entre nós, uma coisa é fora de dúvida: o processo empregado por Aluísio em *O mulato* continua válido; poderá ainda, por muitos anos, servir à criação literária. Nossas diferenciações regionais, tão coloridas e sugestivas, continuam à espera de observadores que mergulhem no subsolo social com bastante generosidade para abarcar o homem de hoje, e de todos os tempos.



O mulato

PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO

Este livro foi escrito e sentido aos vinte anos, quando eu estava no Maranhão, ao lado de minha família; com ele entrei alegremente no mundo das letras. Apareceu em 1881. Agora, o Sr. B. L. Garnier resolveu apresentá-lo de novo ao público e ei-lo aqui, com pequenas modificações, tal como fora então concebido. Não quis alterar-lhe de todo a forma, porque me pareceu que não tinha direito de fazê-lo; procurei até conservar, religiosamente, certos dizeres e locuções, que se usam naquela província, posto que os leitores cá do Sul hajam de estranhá-los, como sucedeu com o ilustre falecido Batista Caetano, que, num volume, levado à Biblioteca Nacional pelo meu amigo Capistrano de Abreu, me censurou, à margem de algumas páginas, o uso de muitos termos que ele não conhecia, e outros que supunha imitados dos romances portugueses. O nosso filólogo ignorava que em São Luís do Maranhão são frequentes certas expressões à moda de Portugal, e aquilo, pois, que se lhe afigurou macaqueado de C. Castelo Branco, era simplesmente copiado do natural; assim é que lá se diz, por exemplo: “sapatos de polimento” e não *sapatos de verniz*; “quinta” e não *chácara*; “rebuçados” e não *balas*; “caneco” e não *barril*, etc.; como também se empregam palavras de todo desconhecidas no resto do Brasil, e creio que em Portugal, mas que por lá, na minha província, são muito comuns: *Muruchaba*, *Pinincha*, *Puça*, *Enzoneira*, *Cofo*, *Empanemar*, *Moquear*, e mil outras estão nesse caso.

Se errei transportando-as para o livro e conservando-as agora, paciência! Submeto-me aos futuros julgamentos; mas, de uma coisa declaro de antemão que não podem condenar esta obra: é da falta de sinceridade. Ela foi feita em boa-fé; não a puxei à força de dentro de mim, foi ela que se formou por si mesma, sob o domínio imediato das impressões, e procurou vir à luz em forma de romance. Afianço que durante a gestação não me preocupei absolutamente com o efeito que o livro teria de produzir

sobre o público, nem tampouco com a escola donde ele procedia. Quando cheguei a lançá-lo ao papel, já o tinha pronto de princípio a fim, com os capítulos divididos, os tipos grupados nos seus planos competentes, a ação desenvolvida até ao desfecho e as cenas dispostas cada qual em seu lugar. E, tanto assim que, antes de escrita uma só palavra, por duas vezes recitei-o todo, uma a Fernando Perdigão e outra a Virgílio Cantanhede; dois companheiros meus da infância.

Lembro-me disso como se tivera sido ontem! Eu costumava passear no campo todos os dias de madrugada, e o Fernando muita vez me acompanhava. Um dia fomos ao Cutim a pé, e pelo caminho narrei-lhe inteira a história de *O mulato*. Ainda me recordo de uma observação justa que ele me fez a respeito do ressentimento que o meu livro iria levantar na província.

A vez do Virgílio foi em Alcântara; tínhamos ido, ele e eu, assistir à festa do Espírito Santo. O bom rapaz, com uma resignação de amigo sacrificado, ouviu-me atentamente o romance, assentado junto de mim, debaixo de uma bela árvore, num dos bancos do largo da igreja do Carmo. Não foi de balde que pus toda a alma na recitação, porque, ao terminá-la, o meu companheiro tinha os olhos arrasados d'água; não sei se chorava de comovido ou de cansado.

Dias depois, metido no meu gabinete, principiava a escrever *O mulato*, e não larguei o trabalho senão ao concluí-lo. O volume levou um ano a ser impresso; mas, em compensação, o primeiro milheiro de exemplares voou com uma presteza que me surpreendeu deveras.

Fui feliz.

A imprensa da Corte recebeu-me bem, e, à imitação dela, a de todas as províncias do Norte e Sul. Amparou-me a generosidade de Joaquim Serra, Sílvio Romero, Araripe Júnior, Valentim Magalhães, Lúcio de Mendonça, Capistrano de Abreu, Raul Pompeia, Urbano Duarte, José do Patrocínio, Clóvis Beviláqua, Tobias Barreto, Raimundo Correia, Fontoura Xavier, Ferreira de Meneses, Adelino Fontoura, Sá Viana, Koseritz e outros muitos escritores de nome brilhante, cuja fulguração, refletindo sobre a minha pobre obra, deu-lhe um prestígio que ela estava bem longe de ambicionar. Mais de cem artigos se gruparam logo em torno de *O mulato*, e só o Maranhão, a minha província, não deu palavra.

Ah! minto! a *Civilização*, no seu número de 23 de julho de 1881, publicou um longo artigo de um dos seus redatores mais ilustres, o Sr. Euclides Faria, no qual, entre muitas coisas, há o seguinte:

Eis aí um romance realista, o primeiro pepino que brota no Brasil.

É muita audácia, ou muita ignorância, ou ambas as coisas ao mesmo tempo! É contar demais com a ignorância dos leitores, com a benevolência da crítica nacional, e julgar os outros por si.

Permita o jovem zote, autor de *O mulato*, que me admire ainda uma vez. A sua compreensão sobre o realismo é de eternas luminárias! melhor seria fechar os livros, ir plantar batatas e jurar com antigo rifão:

“Abraçou o asno com a amendoeira

“E acharam-se parentes.

Para que o autor de *O mulato* nos desse a medida exata do seu realismo, devia abandonar essa vidinha peralvilha de escrevinhadelas tolas. Vá para a foice e o machado! Ele, que tanto ama a natureza, que não crê na Metafísica nem respeita a religião, que só tem entusiasmo pela saúde do corpo e pelo real sensível ou material, devia abandonar essa vidinha de vadio escrevinhador e ir cultivar as nossas ubérrimas terras.

À lavoura, meu estúpido! à lavoura! precisamos de braços e não de prosas em romances! Isto sim é real. A agricultura felicita os indivíduos e enriquece os povos! à foice! e à enxada! *Res non verba*.

E mais não disse o Maranhão a meu respeito.

Como se vê, não segui o conselho do único jornalista da minha província, que se dignou criticar o meu primeiro livro: não quebrei a pena, nem me atirei à lavoura; vim simplesmente para a Corte, graças ao produto pecuniário do amaldiçoado *O mulato*, e continuei a escrever, a fazer novos volumes, um atrás do outro, sem descansar. E agora, que oito bons anos se escoaram depois que parti de Atenas, durante os quais tenho vivido, pura e exclusivamente, das minhas produções literárias, apesar de que o governo jamais protegeu a quem escreve neste país; agora, que *O mulato* vem de novo à tona da publicidade e agora que ele já não pertence a província nenhuma, mas sim ao público do Rio de Janeiro, a quem devo tudo; agora, é com o maior prazer que deponho esta nova edição aos pés dessa querida terra, em que nasci e não posso deixar de amar, e lhe peço reverentemente que o recolha com carinho entre as obras de pouco mérito que lhe são consagradas.

Aluísio Azevedo

Rio de Janeiro, 1889.

A meu irmão
Artur Azevedo

Aluísio Azevedo

I

Era um dia abafadiço e aborrecido. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. Quase que se não podia sair à rua: as pedras escaldavam; as vidraças e os lampiões faiscavam ao sol como enormes diamantes; as paredes tinham reverberações de prata polida; as folhas das árvores nem se mexiam; as carroças d'água passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes. Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho.

A Praça da Alegria apresentava um ar fúnebre. De um casebre miserável, de porta e janela, ouviam-se gemer os armadores enferrujados de uma rede e uma voz tísica e aflautada, de mulher, cantar em falsete a “gentil Carolina era bela”; do outro lado da praça, uma preta velha, vergada por imenso tabuleiro de madeira, sujo, seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas, apregoava em tom muito arrastado e melancólico: “Fígado, rins e coração!” Era uma vendedeira de fatos de boi. As crianças nuas, com as perninhas tortas pelo costume de cavalgar as ilhargas maternas, as cabeças avermelhadas pelo sol, a pele crestada, os ventrezinhos amarelentos e crescidos, corriam e guinchavam, empinando papagaios de papel. Um ou outro branco, levado pela necessidade de sair, atravessava a rua, suando, vermelho, afogueado, à sombra de um enorme chapéu de sol. Os cães, estendidos pelas calçadas, tinham uivos que pareciam gemidos humanos, movimentos irascíveis, mordiam o ar querendo morder os mosquitos. Ao longe, para as bandas de São Pantaleão, ouvia-se apregoar: “Arroz de Veneza! Mangas! Mocajubas!” Às esquinas, nas qui-

tandas vazias, fermentava um cheiro acre de sabão da terra e aguardente. O quitandeiro, assentado sobre o balcão, cochilava a sua preguiça morrinhenta, acariciando o seu imenso e espalmado pé descalço. Da Praia de Santo Antônio enchiam toda a cidade os sons invariáveis e monótonos de uma buzina, anunciando que os pescadores chegavam do mar; para lá convergiam, apressadas e cheias de interesse, as peixeiras, quase todas negras, muito gordas, o tabuleiro na cabeça, rebolando os grossos quadris trêmulos e as tetas opulentas.

A Praia Grande e a Rua da Estrela contrastavam todavia com o resto da cidade, porque era aquela hora justamente a de maior movimento comercial. Em todas as direções cruzavam-se homens esbofados e rubros; cruzavam-se os negros no carro e os caixeiros que estavam em serviço na rua; avultavam os paletós-sacos, de brim pardo, mosqueados nas espáduas e nos sovacos por grandes manchas de suor. Os corretores de escravos examinavam, à plena luz do sol, os negros e moleques que ali estavam para ser vendidos; revistavam-lhes os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas sobre perguntas, batiam-lhes com a biqueira do chapéu nos ombros e nas coxas, experimentando-lhes o vigor da musculatura, como se estivessem a comprar cavalos. Na Casa da Praça, debaixo das amendoeiras, nas portadas dos armazéns, entre pilhas de caixões de cebolas e batatas-portuguesas, discutiam-se o câmbio, o preço do algodão, a taxa do açúcar, a tarifa dos gêneros nacionais; volumosos comendadores resolviam negócios, faziam transações, perdiam, ganhavam, tratavam de embarrilar uns aos outros, com muita manha de gente de negócios, falando numa gíria só deles, trocando chalaças pesadas, mas em plena confiança de amizade. Os leiloeiros cantavam em voz alta o preço das mercadorias, com um abrimento afetado de vogais; diziam: “Mal-raís” em vez de mil-réis. À porta dos leilões aglomeravam-se os que queriam comprar e os simples curiosos. Corria um quente e grosseiro zum-zum de feira.

O leiloeiro tinha piscos d’olhos significativos; de martelo em punho, entusiasmado, o ar trágico, mostrava com o braço erguido um cálice de cachaça, ou, comicamente acororado, esbrocava com o furador os paineiros de farinha e de milho. E, quando chegava a ocasião de ceder a fazenda, repetia o preço muitas vezes, gritando, e afinal batia o martelo com grande barulho, arrastando a voz em um tom cantado e estridente.

Viam-se deslizar pela praça os imponentes e monstruosos abdomens dos capitalistas; viam-se cabeças escarlates e descabeladas, gotejando suor por debaixo do chapéu de pelo; risinhos de proteção, bocas sem bigo-

de dilatadas pelo calor, perninhas espertas e suadas na calça de brim de Hamburgo. E toda esta atividade, posto que um tanto fingida, era geral e comunicativa; até os ricos ociosos, que iam para ali encher o dia, e os caixeiros, que “faziam cera” e até os próprios vadios desempregados, aparentavam diligência e prontidão.

A varanda do sobrado de Manuel Pescada, uma varanda larga e sem forro no teto, deixando ver as ripas e os caibros que sustentavam as telhas, tinha um aspecto mais ou menos pitoresco com a sua bela vista sobre o rio Bacanga e as suas rótulas pintadas de verde-paris. Toda ela abria para o quintal, estreito e longo, onde, à míngua de sol, se mirravam duas tristes pitangueiras e passeava solenemente um pavão da terra.

As paredes, barradas de azulejos portugueses e, para o alto, cobertas de papel pintado, mostravam, nos seus desenhos repetidos de assuntos de caça, alguns lugares sem tinta, cujas manchas brancacentas traziam à ideia joelheiras de calças surradas. Ao lado, dominando a mesa de jantar, aprumava-se um velho armário de jacarandá polido, muito bem tratado, com as vidraças bem limpas, expondo as pratas e as porcelanas de gosto moderno; a um canto dormia, esquecida na sua caixa de pinho envernizado, uma máquina de costura de Wilson, das primeiras que chegaram ao Maranhão; nos intervalos das portas simetrizavam-se quatro estudos de Julien, representando em litografia as estações do ano; defronte do guarda-louça um relógio de corrente embalava melancolicamente a sua pêndula do tamanho de um prato e apontava para as duas horas. Duas horas da tarde.

Não obstante, ainda permanecia sobre a mesa a louça que servira ao almoço. Uma garrafa branca, com uns restos de vinho de Lisboa, cintilava à claridade reverberante que vinha do quintal. De uma gaiola, dependurada entre as janelas desse lado, chilreava um sabiá.

Fazia preguiça estar ali. A viração do Bacanga refrescava o ar da varanda e dava ao ambiente um tom morno e aprazível. Havia a quietação dos dias inúteis, uma vontade lassa de fechar os olhos e esticar as pernas. Lá defronte, nas margens opostas do rio, a silenciosa vegetação do Anjo da Guarda estava a provocar boas sextas sobre o capim, debaixo das mangueiras; as árvores pareciam abrir de longe os braços, chamando a gente para a calma tepidez das suas sombras.

— Então, Ana Rosa, que me respondes?... disse Manuel, esticando-se mais na cadeira em que se achava assentado, à cabeceira da mesa; em frente da filha. Bem sabes que te não contrario... desejo este casamento, desejo... mas, em primeiro lugar, convém saber se ele é do teu gosto... Vamos... fala!

Ana Rosa não respondeu e continuou muito embebida, como estava, a rolar sob a ponta cor-de-rosa dos seus dedos as migalhas de pão que ia encontrando sobre a toalha.

Manuel Pedro da Silva, mais conhecido por Manuel Pescada, era um português de uns cinquenta anos, forte, vermelho e trabalhador. Diziam-no atilado para o comércio e amigo do Brasil. Gostava da sua leitura nas horas de descanso, assinava respeitosamente os jornais sérios da província e recebia alguns de Lisboa. Em pequeno meteram-lhe na cabeça vários trechos do Camões e não lhe esconderam de todo o nome de outros poetas. Prezava com fanatismo o Marquês de Pombal, de quem sabia muitas anedotas, e tinha uma assinatura no Gabinete Português, a qual lhe aproveitava menos a ele do que à filha, que era perdida pelo romance.

Manuel Pedro fora casado com uma senhora de Alcântara, chamada Mariana, muito virtuosa e, como a melhor parte das maranhenses, extremada em pontos de religião; quando morreu, deixou em legado seis escravos a Nossa Senhora do Carmo.

Bem triste foi essa época, tanto para o viúvo como para a filha, orfanada, coitadinha, justamente quando mais precisava do amparo maternal. Nesse tempo moravam no Caminho Grande, numa casinha térrea, para onde a moléstia de Mariana os levava em busca de ares mais benignos; Manuel, porém, que era já então negociante e tinha o seu armazém na Praia Grande, mudou-se logo com a pequena para o sobrado da Rua da Estrela, em cujas lojas prosperava, havia dez anos, no comércio de fazendas por atacado.

Para não ficar só com a filha “que se fazia uma mulher” convidou a sogra, D. Maria Bárbara, a abandonar o sítio em que vivia e ir morar com ele e mais a neta. “A menina precisava de alguém que a guiasse, que a conduzisse! Um homem nunca podia servir para essas coisas! E, se fosse a meter em casa uma preceptora — Meu bom Jesus! — que não diriam por aí?... No Maranhão falava-se de tudo! D. Maria Bárbara que se decidiu a deixar o mato e fosse de muda para a Rua da Estrela! Não teria que se arrepender... havia de estar como em sua própria casa — bom quarto, boa mesa, e plena liberdade!”

A velha aceitou e lá foi, arrastando os seus cinquenta e tantos anos, alojar-se em casa do genro, com um batalhão de moleques, suas crias, e com os cacaréus ainda do tempo do defunto marido. Em breve, porém, o bom português estava arrependido do passo que dera: D. Maria Bárbara, apesar de muito piedosa; apesar de não sair do quarto sem vir bem penteada, sem lhe faltar nenhum dos cachinhos de seda preta, com que ela

emoldurava disparadamente o rosto enrugado e macilento; apesar do seu grande fervor pela igreja e apesar das missas que papava por dia, D. Maria Bárbara, apesar de tudo isso, saíra-lhe “má dona de casa”.

Era uma fúria! Uma víbora! Dava nos escravos por hábito e por gosto; só falava a gritar e, quando se punha a ralar, — Deus nos acuda! — incomodava toda a vizinhança! Insuportável!

Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos, dizia “os sujos” e, quando se referia a um mulato, dizia “o cabra”. Sempre fora assim e, como devota, não havia outra: Em Alcântara tivera uma capela de Santa Bárbara e obrigava a sua escravatura a rezar aí todas as noites, em coro, de braços abertos, às vezes algemados. Lembrava-se com grandes suspiros do marido “do seu João Hipólito” um português fino, de olhos azuis e cabelos loiros.

Este João Hipólito foi brasileiro adotivo e chegou a fazer alguma posição oficial na secretaria do governo da província. Morreu com o posto de coronel.

Maria Bárbara tinha grande admiração pelos portugueses, dedicava-lhes um entusiasmo sem limites, preferia-os em tudo aos brasileiros. Quando a filha foi pedida por Manuel Pedro, então principiante no comércio da capital, ela dissera: “Bem! Ao menos tenho a certeza de que é branco!”

Mas o Pescada não compreendeu a esposa, nem foi amado por ela; a virtude, ou talvez simplesmente a maternidade, apenas conseguiu fazer de Mariana uma companheira fiel; viveu exclusivamente para a filha. É que a desgraçada, desde os quinze anos, ainda no irresponsável arrebatamento do primeiro amor, havia eleito já o homem a quem sua alma teria de pertencer por toda a vida. Esse homem existe hoje na história do Maranhão, era o agitador José Cândido de Moraes e Silva, conhecido popularmente pelo “Farol”¹. Fez todo o possível para casar com ele, mas foram baldados os seus esforços, nem só em virtude das perseguições políticas que, tão cedo, atribularam a curta existência daquela fenomenal criatura, como também pela inflexível oposição que tal ideia encontrou na própria família da rapariga.

1 **Farol:** apelido de José Cândido de Moraes e Silva (1807-1832), criador do periódico *O Farol Maranhense*, em 1827, primeiro órgão do partido liberal na província. Um dos líderes da Setembrada, movimento nacionalista revolucionário, iniciado no Pará, antes de eclodir no Maranhão, em 1831 – época em que se manifestaram inúmeros focos de agitação, devido à abdicação de dom Pedro I. A Setembrada foi um dos movimentos de oposição às tendências absolutistas dos grupos conservadores. (N.E.)

Entretanto, o destino dela se havia prendido à sorte do desventurado maranhense. Quem diria que aquela pobre moça, nascida e criada nos sertões do Norte, sentiria, como qualquer filha das grandes capitais, a mágica influência que os homens superiores exercem sobre o espírito feminino? Amou-o, sem saber por quê. Sentira-lhe a força dominadora do olhar, os ímpetos revolucionários do seu caráter americano, o heroísmo patriótico da sua individualidade tão superior ao meio em que floresceu; decorara-lhe as frases apaixonadas e vibrantes de indignação, com que ele fulminava os exploradores da sua pátria estremecida e os inimigos da integridade nacional; e tudo isso, sem que ela soubesse explicar, arrebatou-a para o belo e destemido moço com todo o ardor do seu primeiro desejo de mulher.

Quando, na Rua dos Remédios, que nesse tempo era ainda um arrabalde, o desditoso herói, apenas com pouco mais de vinte e cinco anos de idade, sucumbiu ao jugo do seu próprio talento e da sua honra política, oculto, foragido, cheio de miséria, odiado por uns como um assassino e adorado por outros como um deus, a pobre senhora deixou-se possuir de uma grande tristeza e foi enfraquecendo, e ficando doente, e ficando feia e cada vez mais triste, até morrer silenciosamente poucos anos depois do seu amado.

Ana Rosa não chegou a conhecer o Farol; a mãe porém, muito em segredo, ensinara-lhe a compreender e respeitar a memória do talentoso revolucionário, cujo nome de guerra despertava ainda, entre os portugueses, a raiva antiga do motim de 7 de agosto de 1831. “Minha filha, disse-lhe a infeliz já nas vésperas da morte, não consintas nunca que te casem, sem que ames de veras o homem a ti destinado para marido. Não te cases no ar! Lembra-te que o casamento deve ser sempre a consequência de duas inclinações irresistíveis. A gente deve casar porque ama, e não ter de amar porque casou. Se fizeres o que te digo, serás feliz!” Concluiu pedindo-lhe que promettesse, caso algum dia viessem a constrangê-la a aceitar marido contra seu gosto, arrostar tudo, tudo, para evitar semelhante desgraça, principalmente se então Ana Rosa já gostasse de outro; e por este, sim, fosse quem fosse, cometesse os maiores sacrifícios, arriscasse a própria vida, porque era nisso que consistia a verdadeira honestidade de uma moça.

E mais não foram os conselhos que Mariana deu à filha. Ana Rosa era criança, não os compreendeu logo, nem tão cedo procurou compreendê-los; mas, tão ligados estavam eles à morte da mãe, que a ideia desta não lhe acudia à memória sem as palavras da moribunda.

Manuel Pedro, apesar de bom, era um desses homens mais que alheados às sutilezas do sentimento; para outra mulher daria talvez um excelente esposo, não para aquela, cuja sensibilidade romântica, longe de o comover, havia muita vez de importuná-lo. Quando se achou viúvo, não sentiu, a despeito da sua natural bondade, mais do que certo desgosto pela ausência de uma companheira com que já se tinha habituado; contudo, não pensou em tornar a casar, convencido de que o afeto da filha lhe chegaria de sobra para amenizar as canseiras do trabalho, e que o auxílio imediato da sogra bastaria para garantir a decência da sua casa e a boa regra das suas despesas domésticas.

Ana Rosa cresceu pois, como se vê, entre os desvelos insuficientes do pai e o mau gênio da avó. Ainda assim aprendera de cor a gramática do Sotero dos Reis²; lera alguma coisa; sabia rudimentos de francês e tocava modinhas sentimentais ao violão e ao piano. Não era estúpida; tinha a intuição perfeita da virtude, um modo bonito, e por vezes lamentara não ser mais instruída. Conhecia muitos trabalhos de agulha; bordava como poucas, e dispunha de uma gargantazinha de contralto que fazia gosto ouvir.

Tanto assim que, em pequena, servira várias vezes de anjo da verônica nas procissões da quaresma. E os cônegos da Sé gabavam-lhe o metal da voz e davam-lhe grandes cartuchos de amêndoas de mendubim³, muito enfeitados nas suas pinturas, toscas e características, feitas a goma-arábica e tintas de botica. Nessas ocasiões ela sentia-se radiante, com as faces carminadas, a cabeça coberta de cachos artificiais, grande roda no vestido curto, a jeito de dançarina.

E, muito concha, ufana dos seus galões de prata e ouro e das suas trêmulas asas de papelão e escumilha, caminhava triunfante e feliz no meio do cordão das irmandades religiosas, segurando a extremidade de um lenço, do qual o pai segurava a outra. Isto eram promessas feitas pela mãe ou pela avó em dias de grande enfermidade na família.

E crescera sempre bonita de formas. Tinha os olhos pretos e os cabelos castanhos de Mariana, e puxara ao pai as rijezas de corpo e os dentes fortes. Com a aproximação da puberdade apareceram-lhe caprichos românticos e fantasias poéticas: gostava dos passeios ao luar, das serenatas;

2 **Sotero dos Reis:** Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), escritor e político, teve atuação destacada na vida maranhense. Não apenas a personagem Ana Rosa estudou em sua *Gramática portuguesa*, mas também o próprio autor, Aluísio Azevedo, que foi aluno do liceu por ele dirigido em São Luís do Maranhão. (N.E.)

3 **mendubim:** ou mendubi, amendoim. Come-se cozido, e não torrado, como no sul do país. (N.E.)

arranjou ao lado do seu quarto um gabinete de estudo, uma biblioteca-zinha de poetas e romancistas; tinha um *Paulo e Virgínia*⁴ de biscuit sobre a estante e, escondido por detrás de um espelho, o retrato do Farol, que herdara de Mariana.

Lera com entusiasmo a *Graziela*⁵ de Lamartine. Chorou muito com essa leitura e, desde aí todas as noites, antes de adormecer, procurava instintivamente imitar o sorriso de inocência que a procitana oferecia ao seu amante. Praticava bem com os pobres, adorava os passarinhos e não podia ver matar perto de si uma borboleta. Era um bocadinho supersticiosa: não queria as chinelas emborcadas debaixo da rede e só aparava os cabelos durante o quarto crescente da Lua. “Não que acreditasse nessas coisas”, justificava-se ela, “mas fazia porque os outros faziam...” Sobre a cômoda, havia muito tempo, tinha uma estampa litográfica e colorida de Nossa Senhora dos Remédios e rezava-lhe todas as noites, antes de dormir. Nada conhecia melhor e mais agradável do que um passeio ao cutim, e, quando soube que se projetava uma linha de bondes até lá, teve uma satisfação violenta e nervosa.

Feitos os quinze anos, ela começou pouco a pouco a descobrir em si estranhas mudanças; percebeu, sentiu que uma transformação importante se operava no seu espírito e no seu corpo: sobressaltavam-na terrores infundados; acometiam-na tristezas sem motivo justificável. Um dia, afinal, acordou mais preocupada; assentou-se na rede, a cismar. E, com surpresa, reparou que seus membros ultimamente se tinham arredondado; notou que em todo seu corpo a linha curva suplantara a reta e que suas formas eram já completamente de mulher.

Veio-lhe então um sobressalto de contentamento, mas logo depois caiu a entristecer: sentia-se muito só; não lhe bastava o amor do pai e da velha Bárbara; queria uma afeição mais exclusiva, mais dela.

Lembrou-se dos seus namoros. Riu-se “coisas de criança!...”

Aos doze anos namorara um estudante do Liceu. Havia conversado três ou quatro vezes na sala do pai e supunham-se deveras apaixonados um pelo outro; o estudante seguiu para a Escola Central da Corte, e ela nunca mais pensou nele. Depois foi um oficial de marinha; “Como lhe

4 *Paulo e Virgínia*: par amoroso que dá nome a um romance francês do escritor Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814), publicado em 1787. A obra apresenta um grande amor, da infância ao final da adolescência, quando um naufrágio mata Virgínia; Paulo sucumbe logo depois, pois não pode viver sem a amada. (N.E.)

5 *Graziela*: episódio da obra *Confidences* (1849), do poeta francês Alphonse de Lamartine (1790-1869). Relato poético de uma aventura sentimental de sua juventude, em tom romântico e confidencial. (N.E.)

ficava bem a farda!... Que moço engraçado! bonito! e como sabia vestir-se!...” Ana Rosa chegou a principiar a bordar um par de chinelas para lho oferecer; antes porém de terminado o primeiro pé, já o bandoleiro havia desaparecido com a corveta “Baiana”. Seguiu-se um empregado do comércio. “Muito bom rapaz! muito cuidadoso da roupa e das unhas!...” Parecia-lhe que ainda estava a vê-lo, todo metódico, escolhendo palavras para lhe pedir “a subida honra de dançar com ela uma quadrilha”.

— Ah tempos! tempos!...

E não queria pensar ainda em semelhantes tolices. “Coisas de crianças! Coisas de crianças!...” Agora, só o que lhe convinha era um marido! “O seu”, o verdadeiro, o legal! O homem da sua casa, o dono do seu corpo, a quem ela pudesse amar abertamente como amante e obedecer em segredo como escrava. Precisava de dar-se e dedicar-se a alguém; sentia absoluta necessidade de pôr em ação a competência, que ela em si reconhecia, para tomar conta de uma casa e educar muitos filhos.

Com estes devaneios, acudia-lhe sempre um arrepiozinho de febre; ficava excitada, idealizando um homem forte, corajoso, com um bonito talento, e capaz de matar-se por ela. E, nos seus sonhos agitados, debuxava-se um vulto confuso, mas encantador, que galgava precipícios, para chegar onde ela estava e merecer-lhe a ventura de um sorriso, uma doce esperança de casamento. E sonhava o noivado: um banquete esplêndido! e junto dela, ao alcance de seus lábios, um mancebo apaixonado e formoso, um conjunto de força, graça e ternura, que a seus pés ardia de impaciência e devorava-a com o olhar em fogo.

Depois — via-se dona de casa; pensando muito nos filhos; sonhava-se feliz, muito dependente na prisão do ninho e no domínio carinhoso do marido. E sonhava umas criancinhas loiras, ternas, balbuciando tolices engraçadas e comovedoras, chamando-lhe “mamã!”.

— Oh! Como devia ser bom!... E pensar que havia por aí mulheres que eram contra o casamento!...

Não! Ela não podia admitir o celibato, principalmente para a mulher!... “Para o homem — ainda passava... viveria triste, só; mas em todo o caso — era um homem... teria outras distrações! Mas uma pobre mulher, que melhor futuro poderia ambicionar que o casamento?... que mais legítimo prazer do que a maternidade; que companhia mais alegre do que a dos filhos, esses diabinhos tão feiticeiros?...” Além de que, sempre gostara muito de crianças: muita vez pedira a quem as tinha que lhas mandasse a fazer-lhe companhia, e, enquanto as pilhava em casa, não consentia que mais ninguém se incomodasse com elas; queria ser a própria a dar-lhes

a comida, a lavá-las, a vesti-las, e acalentá-las. E estava constantemente a talhar camisinhas e fraldas, a fazer toucas e sapatinhos de lã, e tudo com muita paciência, com muito amor, justamente como, em pequenina, ela fazia com as suas bonecas. Quando alguma de suas amigas se casava, Ana Rosa exigia dela sempre um cravo do ramallete ou um botão das flores de laranjeira da grinalda; este ou aquele, pregava-os religiosamente no seio com um dos alfinetes dourados da noiva, e quedava-se a fitá-los, cismando, até que dos lábios lhe partia um suspiro longo, muito longo, como o do viajante que em meio do caminho já se sente cansado e ainda não avista o lar.

Mas o noivo por onde andava que não vinha? Esse belo mancebo, tão ardente e tão apaixonado, por que se não apresentava logo? Dos homens que Ana Rosa conhecia na província nenhum decerto podia ser!... E, no entanto, ela amava...

A quem?

Não sabia dizê-lo, mas amava. Sim! Fosse a quem fosse, ela amava; porque sentia vibrar-lhe todo o corpo, fibra por fibra, pensando nesse — Alguém — íntimo e desconhecido para ela; esse — Alguém — que não vinha e não lhe saía do pensamento; esse — Alguém — cuja ausência a fazia infeliz e lhe enchia a existência de lágrimas.

Passaram-se meses — nada! correram três anos. Ana Rosa principiou a emagrecer visivelmente. Agora dormia menos; estava pálida; à mesa mal tocava nos pratos.

— Ó pequena, tu tens alguma coisa! disse-lhe um dia o pai, já incomodado com aquele ar doentio da filha. Não me pareces a mesma! Que é isso, Anica?

Não era nada!...

E Ana Rosa sobressaltava-se, como se tivera cometido uma falta. “Cansaço! Nervos! Não era coisa que valesse a pena!...”

Mas chorava.

— Olha! Aí temos! Agora o choro! Nada! É preciso chamar o médico!

— Chamar o médico?... Ora papai, não vale a pena!...

E tossia. “Que a deixassem em paz! Que não a estivessem apoquentando com perguntas!...”

E tossia mais, sufocada.

— Vês?! Estás achacada! Levas nesse “chrum, chrum! chrum, chrum!” E é só: “não vale a pena! Não precisa chamar o médico!...” Não senhora! com moléstias não se brinca!

O médico receitou banhos de mar na Ponta-d’Areia.

Foi um tempo delicioso para ela os três meses que aí passou. Os ares da costa, os banhos de choque, os longos passeios a pé, restituíram-lhe o apetite e enriqueceram-lhe o sangue. Ficou mais forte; chegou a engordar.

Na Ponta-d'Areia travara uma nova amizade — D. Eufrasinha. Viúva de um oficial do quinto de infantaria, batalhão que morreu todo na Guerra do Paraguai. Muito romântica: falava do marido requebrando-se, e poetizava-lhe a curta história: “Dez dias depois de casados, seguiu ele para o campo de batalha e, no denodo da sua coragem, fora atravessado por uma bala de artilharia, morrendo logo, a balbuciar com o lábio ensanguentado o nome da esposa estremecida”.

E com um suspiro, feito de desejos malsatisfeitos, a viúva concluía pesada que “prazeres nesta vida, conhecera apenas dez dias e dez noites...”

Ana Rosa compadecia-se da amiga e escutava-lhe de boa-fé as frioleiras. Na sua ingênua e comovida sinceridade facilmente se identificava com a história singular daquele casamento tão infeliz e tão simpático. Por mais de uma vez chegou a chorar pela morte do pobre moço oficial de infantaria.

D. Eufrasinha instruiu a sua nova amiga em muitas coisas que esta mal sonhava; ensinou-lhe certos mistérios da vida conjugal; pode dizer-se que lhe deu lições de amor: falou muito nos “homens”; disse-lhe como a mulher esperta devia lidar com eles; quais eram as manhas e os fracos dos maridos ou dos namorados; quais eram os tipos preferíveis; o que significava ter “olhos mortos, beiços grossos, nariz comprido”.

A outra ria-se. “Não tomava a sério aquelas bobagens da Eufrasinha!”

Mas intimamente ia, sem dar por isso, reconstruindo o seu ideal pelas instruções da viúva. Fê-lo menos espiritual, mais humano, mais verossímil, mais suscetível de ser descoberto; e, desde então, o tipo, apenas debuxado ao fundo dos seus sonhos, veio para a frente, acentuou-se como uma figura que recebesse os últimos toques do pintor; e, depois de vê-lo bem correto, bem emendado e pronto, amou-o ainda mais, muito mais, tanto quanto o amaria se ele fora com efeito uma realidade.

A partir daí, era esse ideal, correto e emendado, a base das suas deliberações a respeito de casamento; era a bitola, por onde ela aferia todo aquele que a requestasse. Se o pretendente não tivesse o nariz, o olhar, o gesto, o conjunto enfim de que constava o padrão, podia, desde logo, perder a esperança de cair nas graças da filha de Manuel Pedro.

Eufrasinha mudou-se para a cidade; Ana Rosa já lá estava. Visitaram-se.